

RECIBO

Eu, _____, recebi da Comissão Permanente de Licitações da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Edital de Licitação, na modalidade de **TOMADA DE PREÇOS 04/2002** contendo todas as informações necessárias referente à documentação e a formulação das propostas que deverão ser entregues até o **dia 18/06/2002 às 17:00 horas**.

OBJETO DA LICITAÇÃO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA, PARA ANÁLISE DE ESTUDOS E PROJETOS COM O OBJETIVO DE SE INSTRUIR PROCESSOS DE AUTORIZAÇÕES PARA IMPLANTAÇÕES DE LINHAS DE TRANSMISSÃO E SUBESTAÇÕES TRANSFORMADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA, NAS TENSÕES DE 138 KV, 230 KV, 345 KV, 440 KV E 500 KV, POR CONCESSIONÁRIOS, PERMISSIONÁRIOS E AUTORIZADOS DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA.

PREENCHER DE FORMA LEGÍVEL

RAZÃO SOCIAL:
ENDEREÇO:
TELEFONE:
FAX:
C.N.P.J.:

BRASÍLIA, ____/____/2002
ASSINATURA E CARIMBO DA EMPRESA

OBS: Os licitantes que retirarem o edital via *internet* deverão preencher esta folha rosto e encaminhar para o Fax (61) 426-5685.

TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2002

Processo n.º 48500.000813/02-85

A Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, por meio da Comissão Permanente de Licitação - CPL, nomeada pela Portaria n.º 57/2002, de acordo com autorização constante do processo n.º 48500.000813/02-85, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais normas complementares pertinentes e, em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, fará realizar licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, tipo "**MENOR PREÇO**", unitário, visando à contratação dos serviços especificados no Anexo II deste Edital, mediante as seguintes condições:

DATA LIMITE PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

Data: 18/06/2002
Horário: 17:00 horas
Local: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – SAF/ANEEL
SGAN, Quadra 603, Módulo "J", sala 023 - Brasília/DF
Telefone: 426-5836
Fax: 426-5685

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

Data: 20/06/2002
Horário: 15:00 horas
Local: SGAN, Quadra 603, Módulo "J" - Brasília/DF

OBS.: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a abertura da licitação ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação diversa feita pela Comissão Permanente de Licitação.

1 – DO OBJETO

- 1.1 Contratação de serviços de consultoria especializada, para análise de estudos e projetos com o objetivo de se instruir processos de autorizações para implantações de linhas de transmissão e subestações transformadoras de energia elétrica, nas tensões de 138 KV, 230 KV, 345 KV, 440 KV e 500 KV, por concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1 Somente poderão participar da presente Tomada de Preços, as empresas que tenham ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e cumpram com as exigências estabelecidas neste edital.
- 2.2 A participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital e seus Anexos.
- 2.3 Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente:
 - 2.3.1 Empresas em consórcio, sob falência, concurso de credores ou liquidação;
 - 2.3.2 Empresas que por qualquer motivo tenham sido declaradas inidôneas pela ANEEL ou por qualquer outro órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito

Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com Administração Pública;

2.3.3 Empresa da qual seja sócio, dirigente ou responsável técnico, servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

2.4 Não será admitida a subcontratação, sob qualquer pretexto ou alegação.

3 – DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

3.1 Cada proponente deverá apresentar à Comissão Permanente de Licitação, simultaneamente, sua documentação de habilitação e proposta comercial, em envelopes opacos, separados, lacrados e rubricados no fecho, contendo em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

PROPONENTE:

**À CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ANEEL
TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2002**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA
ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

PROPONENTE:

**À CPL – COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA ANEEL
TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2002**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL**

3.2 Não será admitido o encaminhamento de documentação e/ou propostas via fax.

3.3 As licitantes poderão se fazer representar nas sessões da licitação, seja por seus representantes legais qualificados, seja por prepostos devidamente credenciados para execução dos atos que especificar a respectiva procuração ou carta de preposição. A carta de credenciamento, em papel timbrado da empresa e firmada por quem de direito a represente, deverá ser apresentada na sessão de abertura da licitação, ficando arquivada no processo.

3.4 Após o recebimento dos envelopes, não serão aceitas juntada ou substituição de quaisquer documentos, retificação de preços ou condições.

4 – DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE N.º 01

4.1 No envelope n.º 01 deverão estar contidos os seguintes documentos:

4.1.1 Declarações:

- a) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente, conforme modelo do Anexo I;
- b) Declaração de cumprimento da obrigação prevista na Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.

4.1.2 Para Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, acompanhado de documento comprobatório da eleição dos atuais administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de designação da diretoria em exercício.

4.1.3 Para **Qualificação Econômico-financeira**:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, expedida nos últimos 30 dias que antecedem a abertura da licitação;
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa.

4.1.3.1 A comprovação de boa situação financeira da licitante será aferida com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, evidenciadas pela própria licitante:

$$\text{LG: } \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{SG: } \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$\text{LC: } \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

4.1.3.2 As licitantes que apresentarem resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer dos índices referidos no subitem anterior, deverão comprovar patrimônio líquido mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

4.1.4 Para **Regularidade Fiscal**:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- b) Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
- c) Certificados de regularidade de situação perante o INSS e o FGTS;
- d) Certidões de regularidade de situação, para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante.

4.1.5 Para **Qualificação Técnica**:

- a) Apresentação de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha supervisionado e/ou elaborado estudos e projetos de instalações de transmissão e transformação de energia elétrica em média, alta e extra-alta tensão, integrantes do sistema interligado nacional, para o desempenho da atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação;
- b) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de pessoal Engenheiro Eletricista com experiência comprovada, devidamente certificado pelo CREA, com Anotação de Responsabilidade Técnica em estudos e projetos de linhas de transmissão e subestações transformadoras de energia elétrica, em média, alta e extra-alta tensão.

- 4.2 As empresas devidamente cadastradas no SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores estarão dispensadas do cumprimento das exigências previstas nos subitens 4.1.2, 4.1.3 e nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.1.4.
- 4.3 Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, grampeados na ordem retromencionada.
- 4.4 A falta de quaisquer dos documentos exigidos para o envelope n° 01 implicará a inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 4.5 Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, cópias autenticadas em cartório ou conferidos e autenticados pelos membros da Comissão, mediante confronto com os originais. Para os documentos cuja veracidade possa ser confirmada via *Internet*, será facultado às licitantes apenas a apresentação das respectivas cópias.
- 4.6 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local de sua sede. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial, exceto quando contemplarem informações que, por força de lei, sejam centralizadas na matriz.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇOS - ENVELOPE N.º 02

- 5.1 A proposta de preços deverá ser datilografada com clareza, em uma única via, sem rasuras, emendas, entrelinhas, borrões ou acréscimos, ou impressa por processo eletrônico; em papel timbrado da empresa licitante ou conter carimbo padronizado; ser datada e assinada na última folha, sob carimbo, de forma a permitir a identificação do signatário e rubricada nas demais; conter o nome da empresa, endereço completo com CEP, telefone e fax, caso possua, e ainda, conter o número desta TOMADA DE PREÇOS.
- 5.2 Os preços deverão ser apresentados em Reais (R\$), contemplando todos os impostos, taxas e demais despesas necessárias à execução do objeto desta licitação.
- 5.3 O prazo de validade da proposta, mesmo quando não especificado, será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data prevista para o recebimento dos envelopes.
- 5.4 A Aneel não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados, ressalvadas as hipóteses descritas no § 5º do artigo 65 da Lei 8.666/93.
- 5.5 Na hipótese de divergência entre os valores expressos em número e os valores por extenso, prevalecerão, para efeito de classificação, estes últimos.
- 5.6 A oferta deve ser clara e precisa, limitada rigorosamente ao objeto da Licitação, sem conter alternativas de preço ou quaisquer outras condições que induzam o julgamento a apresentar mais de um resultado.
- 5.7 Os preços cotados deverão ser referidos à data prevista para o recebimento das propostas, considerando-se a condição de pagamento à vista, não devendo, portanto, ser computado qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

6– DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

- 6.1 O processamento da TOMADA DE PREÇOS obedecerá às seguintes fases:
 - 6.1.1 Primeira Fase:
 - a) Abertura da sessão;
 - b) Identificação e credenciamento dos representantes das empresas proponentes;
 - c) Coleta de rubrica de todos os concorrentes no local de fechamento de cada envelope contendo a Proposta de Preço;
 - d) Abertura dos envelopes contendo os Documentos de Habilitação;
 - e) Rubrica e vistas da documentação de habilitação pela Comissão e pelos representantes das empresas participantes;

- f) Recebimento das observações e considerações dos representantes das proponentes, se houver, sobre a análise dos documentos de habilitação;
- g) Divulgação do resultado da habilitação, anunciando as licitantes habilitadas e inabilitadas, conforme o caso;
- h) Devolução dos envelopes fechados contendo a Proposta de Preços aos participantes inabilitados que não interpuseram recurso ou, se o tiverem feito, após sua denegação;
- i) Abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das licitantes habilitadas, desde que transcorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- j) Rubrica e vistas das propostas pela Comissão e pelos representantes das licitantes;
- k) Recebimento e registro em ata, das considerações e observações dos representantes das licitantes, se houver, sobre a análise das propostas de preços;
- l) Encerramento da reunião;
- m) Proclamação do julgamento da licitação.

6.1.1.1 Nesta fase, a Comissão poderá convocar cada uma das licitantes para prestar os esclarecimentos necessários à compreensão, análise e avaliação dos documentos e das propostas de preços.

6.1.1.2 Não serão considerados motivos para inabilitação ou desclassificação simples omissões ou irregularidades materiais (erros datilográficos, concordância verbal, etc.) da documentação ou proposta, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação, o entendimento da proposta e não firam os direitos das demais licitantes.

6.1.1.3 Caso a reunião de licitação, por algum motivo, venha a ser suspensa antes de cumpridas todas as etapas, os participantes, membros da Comissão e representantes credenciados deverão rubricar os envelopes que contiverem os documentos para habilitação e as propostas.

6.1.1.4 Tais envelopes ficarão sob a guarda da Comissão e serão exibidos, ainda lacrados, com as rubricas, aos participantes, na reunião marcada para prosseguimento dos trabalhos.

6.1.1.5 Durante o exame da documentação, as licitantes não poderão retirar-se do recinto para reproduzir documentos ou peças das propostas.

6.1.1.6 Os resultados da habilitação e da análise das propostas serão divulgados através de aviso no Diário Oficial da União, Seção 3.

6.1.2 Segunda Fase - elaboração do Relatório de Julgamento, com a indicação da licitante vencedora e adjudicação do objeto da licitação.

6.1.3 Terceira Fase - homologação do julgamento, pelo Diretor-Geral da ANEEL;

6.1.4 Quarta Fase - assinatura do Contrato pela licitante vencedora.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1 A Comissão analisará as propostas com base nas informações e dados constantes na documentação apresentada pelo licitante, sendo-lhe facultado, se entender necessário, solicitar esclarecimentos complementares às Licitantes. As respostas e informações complementares das Licitantes deverão ser prestadas, sempre por escrito e nos prazos fixados pela Comissão, mas não poderão acarretar modificação das condições já indicadas nas propostas, sob pena de desclassificação.

7.2 Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não contiverem todos os dados exigidos no item 5;
- b) que não atenderem às condições previstas no Anexo II;
- c) que ofertarem preços irrisórios ou incompatíveis com os valores de mercado;

- d) que ofertarem vantagens baseadas nas ofertas de outras Licitantes.
- 7.3 Em caso de absoluta igualdade de propostas, a classificação será, por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.4 Se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fazer uso do disposto no § 3º do artigo 48 da Lei 8.666/93.
- 7.5 Será declarada vencedora a Licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do Edital e ofertar o **menor preço unitário** por projeto analisado.

8 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DO JULGAMENTO

- 8.1 O resultado final da Licitação constará de Ata de Julgamento, no qual a Comissão Permanente de Licitação fará a adjudicação do objeto da Licitação à Licitante declarada vencedora.
- 8.2 Assinada a Ata, a Comissão fará publicar no Diário Oficial da União o resultado do julgamento, abrindo-se o prazo legal de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.
- 8.3 Decorrido o prazo legal sem interposição de recurso, ou analisados e decididos os eventualmente formulados, o processo n.º 48500.000813/02-85, será submetido à apreciação do Diretor-Geral, para homologação.

9 – DOS RECURSOS

- 9.1 Dos atos administrativos praticados pela ANEEL no certame licitatório, caberá recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata se presente os prepostos das licitantes, conforme previsto no art. 109, inciso I e § 1º, da Lei n.º 8.666/93.
- 9.2 O recurso deverá ser formulado em petição escrita, endereçada à Comissão Permanente de Licitação e dirigida ao Superintendente de Administração e Finanças da ANEEL, devendo ser assinada pelo (s) representante (s) legal (is) ou procurador da Licitante, e protocolada tempestivamente junto à Comissão Permanente de Licitação, em horário de expediente, das 9:00 às 11:30 e 14:30 às 17:30 horas. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

- 10.1 A ANEEL convocará regularmente a vencedora da licitação para assinar o contrato, dentro do prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93.
- 10.2 É facultado à ANEEL, quando o adjudicado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar a(s) licitante(s) remanescente(s), na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou revogar a licitação.
- 10.3 A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, no prazo fixado na convocação específica, caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-se às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.
- 10.4 Ocorrendo essa hipótese, a ANEEL declarará cancelada a adjudicação, anulará a nota de empenho e convocará a(s) licitante(s) remanescente(s), segundo a ordem da classificação para o grupo correspondente, para assinar o contrato nas mesmas condições da vencedora.

11 - DO PAGAMENTO

- 11.1 O pagamento será efetuado no prazo de 5 (cinco) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminativa, após fiscalização e aceite da mesma pelo setor competente da ANEEL, por meio de ordem bancária a ser emitida em favor da licitante vencedora junto ao Banco do Brasil S/A.

12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1 Os esclarecimentos prestados pela Comissão serão comunicados, por escrito, a todos os interessados adquirentes do Edital.
- 12.2 Se as dúvidas suscitadas implicarem alteração das condições de participação ou de contratação, o aviso de licitação será republicado e designada nova data para a apresentação de propostas.
- 12.3 A seu critério, a ANEEL por ato justificado da autoridade competente, poderá:
- Revogar, no todo ou em parte, esta Licitação, se for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, sem que disso resulte, para qualquer interessado, direito a ressarcimento ou indenização;
 - Alterar as condições de participação, ou da contratação, promovendo a republicação do aviso de licitação e reabrindo novo prazo para a apresentação das propostas;
 - Cancelar a adjudicação e desclassificar a proposta vencedora, se tomar conhecimento de fato, anterior ou posterior ao julgamento, que demonstre dolo ou má-fé da Licitante, ou comprometa sua idoneidade técnica, financeira ou administrativa.
- 12.4 A simples apresentação de proposta não envolve qualquer compromisso de contratação por parte da ANEEL, importando, entretanto, irrestrita e irretratável aceitação das condições da Licitação e dos termos deste Edital.
- 12.5 Após a publicação do resultado de habilitação e decorrido o prazo recursal, a licitante inabilitada terá o prazo de 07 (sete) dias úteis para retirada do envelope referente à fase seguinte que se encontrará em poder da Comissão.
- 12.6 Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital, deverão ser endereçados à Comissão Permanente de Licitação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, até 03 (três) dias úteis antes da data limite para entrega dos envelopes, no horário de 09:00 horas às 11:30 horas e de 14:30 horas às 17:30 horas, no SGAN 603, Módulo J, sala 023.

13 - DOS ANEXOS

- 13.1 Integram este Edital os seguintes Anexos:
- | | |
|------------------|---|
| 13.1.1 ANEXO I | - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente; |
| 13.1.2 ANEXO II | - Descrição do Objeto; |
| 13.1.3 ANEXO III | - Modelo de Proposta de Preços; |
| 13.1.4 ANEXO IV | - Minuta de Contrato. |

Brasília, 29 de maio de 2002.

ÁLVARO HENRIQUE MATIAS PEREIRA
Superintendente de Administração e Finanças

ANEXO I DA TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2002

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

A proponente, para fins de participação na TOMADA DE PREÇOS n.º 04/2002, declara sob as penas da Lei, que não existem fatos impeditivos de sua participação na presente licitação e se compromete a comunicar à Aneel qualquer fato que venha a comprometer sua habilitação, inclusive durante a execução do contrato.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firmamos a presente.

Brasília, de de 2002.

(Nome da Empresa e de seu Representante Legal)

I – DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de serviços de consultoria especializada, para análise de estudos e projetos com o objetivo de se instruir processos de autorizações para implantações de linhas de transmissão e subestações transformadoras de energia elétrica, nas tensões de 138 KV, 230 KV, 345 KV, 440 KV e 500 KV, por concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica.

Os serviços a serem desenvolvidos compreendem as seguintes atividades:

- 1 Ter conhecimento técnico especializado do Programa Determinativo de Expansão da Transmissão – PDET, elaborado pelo Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE e o Plano de Ampliações e Reforços na Rede Básica, elaborado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, visando subsidiar o estabelecimento do elenco de obras de ampliações e reforços a serem autorizadas.
- 2 Análise dos documentos a seguir relacionados que fazem parte de processos referente a autorização das ampliações e reforços das linhas de transmissão que integrarão a Rede Básica:
 - 2.1 Análise dos estudos de sistema e do relatório técnico apresentado, do tratamento e das hipóteses assumidas para os dados de vento, as pressões dinâmicas e as cargas resultantes, os esquemas e as hipóteses de carregamento e os respectivos memorial de cálculo com o dimensionamento completo dos suportes incluindo:
 - Mapas (isótacas);
 - Estação Anemométrica usada;
 - Velocidade Máxima Anual de vento a 10 m de altura e média de 3 segundos, tempo de retorno de 250 anos e também com média de 10 minutos;
 - Média de Velocidade Máxima Anual de vento a 10 m de altura e média de 3 segundos, tempo de retorno de 250 anos e também com média de 10 minutos;
 - Coeficiente de variação da Velocidade Máxima Anual a 10 m de altura (em porcentagem);
 - Coeficiente de rajada a 10 m de altura e média de 10 minutos;
 - 2.2 Relação de normas técnicas oficiais utilizadas;
 - 2.3 Memória de cálculo de suporte;
 - 2.4 Desenho da diretriz selecionada e suas eventuais interferências;
 - 2.5 Desenho da faixa de passagem, “clearances” e distâncias de segurança;
 - 2.6 Regulação mecânica dos cabos: características físicas, estados básicos e pressão resultante dos ventos;
 - 2.7 Suporte (estrutura metálica ou de concreto armado e ou especiais);
 - 2.8 Tipos, características de aplicação e relatórios de ensaios de cargas para os suportes existentes;
 - 2.9 Coeficiente de segurança;
 - 2.10 Pressões de vento atuantes (cabo e suportes), coeficientes de arrasto, forças resultantes e pontos de aplicação; Esquemas de carregamentos e cargas atuantes;
 - 2.11 Cargas resultantes nas fundações; Ensaio de carregamento de protótipo (para os suportes de suspensão simples de maior incidência);
 - 2.12 Tipos de fundações: critérios de dimensionamento e desenhos dimensionais;
 - 2.13 Cabos condutores: características;
 - 2.14 Cabos pára-raios: características;
 - 2.15 Cadeias de isoladores: coordenação eletromecânica, desenhos e demais características;

- 2.16 Contrapeso: características, material, método e critérios de dimensionamento;
 - 2.17 Ferragens, espaçadores e acessórios;
 - 2.18 Descrição, ensaios de tipo, características físicas e desenhos de fabricação;
 - 2.19 Vibrações eólicas;
 - 2.20 Projetos do sistema de amortecimento para fins de controle da fadiga dos cabos;
 - 2.21 Memorial técnico-descritivo;
 - 2.22 Características elétricas e mecânicas da linha de transmissão;
 - 2.23 Orçamento simplificado;
 - 2.24 Desenho esquemático das principais estruturas utilizadas, com as respectivas dimensões principais;
 - 2.25 Cronograma de implantação da obra, com datas previstas de início e operação;
 - 2.26 Planta de perfil e/ou de caminhamento, em escala adequada, mostrando claramente as travessias, distâncias, deflexões, divisas de Municípios, propriedades afetadas;
 - 2.27 Termo de responsabilidade das travessias porventura existentes no percurso, formalizado pelo Responsável Técnico do projeto;
 - 2.28 Cálculo da faixa de servidão, conforme os padrões estipulados pela Norma NBR – 5422 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou, nos casos de tensões superiores às previstas na norma brasileira, de acordo com as normas internacionalmente aceitas;
 - 2.29 Licença Prévia Ambiental do empreendimento ou documento comprobatório de dispensa do licenciamento ambiental;
- 3 Análise dos documentos abaixo relacionados que fazem parte de processos referentes às autorizações de ampliações e reforços das subestações de energia elétrica:
- 3.1 Relação de normas técnicas oficiais utilizadas;
 - 3.2 Critérios de projeto adotado;
 - 3.3 Desenho de locação das instalações;
 - 3.4 Desenho de arquitetura das construções: plantas, cortes e fachadas;
 - 3.5 Arranjo geral dos pátios: planta e cortes típicos;
 - 3.6 Arranjo dos sistemas de blindagem e aterramento;
 - 3.7 Características técnicas dos equipamentos;
 - 3.8 Descrição dos sistemas de proteção, comando, supervisão e telecomunicações;
 - 3.9 Sistemas auxiliares: diagramas esquemáticos e descrição dos equipamentos;
 - 3.10 Planta indicando a disposição dos equipamentos;
 - 3.11 Planta de interligação com o sistema elétrico;
 - 3.12 Esquema elétrico unifilar, indicando o sistema de proteção;
 - 3.13 Memorial técnico-descritivo de subestação;
 - 3.14 Orçamento simplificado;
 - 3.15 Cronograma de implantação da obra, com datas previstas de início e operação;
 - 3.16 Planta planialtimétrica da área de implantação da subestação e o memorial descritivo do polígono em coordenadas geográficas, azimutes e distâncias entre vértices;
 - 3.17 Licença Prévia Ambiental do empreendimento ou documento comprobatório de dispensa do licenciamento ambiental;
- 4 Elaboração de 02 (dois) Manuais de Procedimentos: o primeiro, objetivando a normatização dos procedimentos a serem seguidos pelos concessionários, permissionários e autorizados para requererem à ANEEL as autorizações de ampliações e reforços das linhas de transmissão e subestações de energia elétrica; e o segundo, manual visando à fixação das rotinas e procedimentos necessários a serem seguidos pelos analistas dos requerimentos de autorizações, ampliações e reforços na malha básica do sistema elétrico interligado de concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços de energia elétrica.

- 4.1 Os Manuais deverão ser elaborados nos seguintes prazos: Primeira Versão, 180 (cento e oitenta) dias da assinatura do contrato; Versão Final, 300 (trezentos) dias da assinatura do contrato, cabendo à Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT/ANEEL pronunciar-se sobre as versões.
 - 4.2 O custo da elaboração dos mencionados Manuais deverá estar incluído no preço total do serviço contratado, sendo certo que a não elaboração dos mesmos implicará na imposição das sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e no respectivo edital de licitação.
 - 4.3 A licitante vencedora no prazo de até 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato, deverá apresentar a SCT/ANEEL um cronograma contendo as fases previstas para elaboração dos manuais, que, inclusive, deverá conter no mínimo: a) fase de interação com SCT/ANEEL; b) prazo para apresentação da primeira minuta dos manuais; c) fase de discussão das minutas apresentadas; d) proposta final de edição dos manuais.
 - 4.4 Frise-se que os manuais deverão prever a possibilidade dos documentos serem apresentados por meio magnético, especificando os "softwares" que permitam a análise dos projetos.
- 5 O produto da análise do serviço contratado deverá ser apresentada na forma abaixo:
- 5.1 Elaboração de Parecer Técnico Conclusivo que deverá ser encaminhado e submetido à aprovação da SCT/ANEEL, devidamente assinado pelo Engenheiro responsável, contendo análise dos documentos mencionados nos subitens 2.1 a 2.29 e nos subitens 3.1 a 3.17 e acompanhado do que consta do item 5.2.2.
 - 5.1.1 O Parecer Técnico Conclusivo deverá compreender, obrigatoriamente, os seguintes tópicos:
 - 5.1.1.1 Histórico do processo contendo a exposição dos fatos;
 - 5.1.1.2 Descrição da documentação constante do processo com a análise individual de cada documento;
 - 5.1.1.3 Parecer recomendando a aprovação ou não da autorização para a implantação da linha de transmissão e/ou subestação transformadora de energia elétrica, com os motivos para tal proposição e a legislação pertinente.
 - 5.1.2 Na impossibilidade da elaboração do Parecer Técnico constante do item 5.1.1, a licitante vencedora deverá, obrigatoriamente, encaminhar a SCT/ANEEL um Relatório Técnico Administrativo abordando os subitens 5.1.1.1. e 5.1.1.2, acima, bem como, expondo os motivos da impossibilidade da não elaboração do mencionado Relatório Técnico Conclusivo e às recomendações necessárias visando a sua finalização; e acompanhado do que consta do item 5.2.1;
 - 5.2 Observando as normas e padrões de editoração de documentos da ANEEL/SCT, a licitante vencedora deverá encaminhar à contratante e, somente, por meio magnético os seguintes documentos:
 - 5.2.1 Relatório parcial que, posteriormente, será encaminhado exclusivamente pela ANEEL/SCT aos interessados no processo de autorização das instalações de transmissão de energia elétrica em análise, constando da indicação dos documentos e dados necessários à complementação de informações que permitam a elaboração e finalização do Parecer Técnico Conclusivo.
 - 5.2.2 Relatório Técnico Conclusivo que, no mínimo, contenha o desenvolvimento da itemização abaixo relacionada, necessário à instrução, tramitação e deliberação do processo no âmbito interno da ANEEL/SCT:
 - a) Assunto;
 - b) Interessado;
 - c) Responsável;
 - d) Dos Fatos;
 - e) Do Direito;
 - f) Da Análise;
 - g) Da Proposição.

II – QUANTIDADE ESTIMADA DE PROJETOS A SEREM ANALISADOS

- 1 Para fins de composição dos preços, o quadro a seguir contempla a quantidade estimada de projeto e de homens-horas, para o período de 12 (doze) meses:

QUANTIDADE MENSAL		QUANTIDADE ANUAL	
Projeto	Homem X Hora	Projeto	Homem X Hora
06	240	72	2880

- 2 Deverá ser considerada uma variação de 25 % (vinte e cinco por cento) para mais ou para menos, em relação ao número de processos demandados mensalmente.
- 3 Para cada projeto deverá ser considerado o quantitativo máximo de 40 (quarenta) homens-horas, como necessário à conclusão da correspondente análise.
- 4 O prazo de execução dos trabalhos, compreendendo a elaboração do Relatório Técnico Conclusivo e/ou minutas indicadas nos itens 5.1 e 5.2 será de 1 (uma) semana, contados da data de retirada dos mesmos na SCT/ANEEL, em Brasília -DF.
- 5 A critério da SCT/ANEEL, os projetos poderão ser disponibilizados por meio eletrônico visando simplificar e agilizar a análise dos mesmos.

III – METODOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DOS PAGAMENTOS

- 1 O pagamento pelos serviços será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da aprovação pela SCT/ANEEL dos trabalhos apresentados, observadas as condições a seguir:
- 100% (cem por cento) do valor relativo ao projeto analisado, na entrega do correspondente Parecer Técnico Conclusivo acompanhado do que consta no item 5.2.2;
 - 50% (cinquenta por cento) do valor relativo ao projeto analisado, na hipótese contemplada no item 5.1.2. (Relatório Técnico Administrativo) acompanhado do que consta do item 5.2.1. O recebimento do saldo restante após a entrega e aprovação do Parecer Técnico Conclusivo, conforme o item "a".

ANEXO III DA TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2002

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

REF.: Edital de Tomada de Preços n.º 04/2002

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência e seus anexos, vimos apresentar a nossa proposta para prestação dos serviços de consultoria especializada, para análise de projetos com o objetivo de se instruir processos de autorizações para ampliações, melhorias e reforços na malha básica do sistema elétrico interligado.

Cumpre-nos informar que, para a elaboração de nossa proposta, foram consideradas todas as condições estipuladas no referido Edital, com as quais concordamos plenamente.

A validade da presente Proposta de Preços é de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da licitação.

O valor de nossa proposta para prestação dos serviços de consultoria, nos termos contidos no Anexo II do edital, é de R\$ () para cada processo, conforme planilha a seguir:

ITEM	QTD	OBJETO	VALOR UNITÁRIO POR PROCESSO
01	01	Análise de projetos com o objetivo de se instruir processos de autorizações para as ampliações, melhorias e reforços na malha básica do sistema elétrico interligado, conforme descrições contidas no Anexo II do Edital	

Local e Data

Identificação e assinatura do representante legal

ANEXO IV DA TOMADA DE PREÇOS N.º 04/2002

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA – ANEEL E A EMPRESA _____.

A AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, com sede na cidade de Brasília – DF, SGAN 603, Módulo “J”, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.270.669/0001-29, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral **JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO**, portador da Carteira de Identidade n.º 578.805 - SSP/DF e CPF n.º 057.276.691/20, de acordo com a delegação de competência que lhe foi atribuída no inciso V do art. 10 da Estrutura Regimental da ANEEL e de outro lado, a Empresa _____, doravante denominada **CONTRATADA** inscrita no CNPJ/MF n.º _____, estabelecida à _____, representada pelo Sr. _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, e do CPF n.º _____, em observância ao disposto na Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, e demais normas que regem a espécie, resolvem celebrar o presente Contrato, pelas condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente a contratação de serviços de consultoria especializada, para análise de estudos e projetos com o objetivo de se instruir processos de autorizações para implantações de linhas de transmissão e subestações transformadoras de energia elétrica, nas tensões de 138 KV, 230 KV, 345 KV, 440 KV e 500 KV, por concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

A execução do objeto deve obedecer ao estipulado neste Contrato, bem como, às disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o processo N.º 48500.000813/02-85:

- a) Edital de TOMADA DE PREÇOS n.º 04/2002 e seus anexos;
- b) Propostas e documentos firmados pela Licitante;

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais, resultantes da prestação dos serviços contratados;
- b) Manter sigilo sobre as informações e assuntos contidos nos documentos analisados, ou conhecidos em razão da execução dos serviços;
- c) Não manter qualquer contato ou relacionamento com os agentes interessados nos projetos;
- d) Executar os serviços em consonância com as orientações e solicitações efetuadas pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT/ANEEL, quanto aos procedimentos a serem adotados nas análises dos projetos;
- e) Indicar um gerente que atuará como seu preposto junto à sede da CONTRATANTE, para tratar das questões relativas à execução dos serviços contratados.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Disponibilizar à CONTRATADA as informações necessárias à realização das análises dos projetos;
- b) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nos prazos indicados neste instrumento;
- c) Notificar, formal e tempestivamente, a CONTRATADA sobre irregularidades observadas no cumprimento deste instrumento;
- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

A fiscalização da execução do objeto deste instrumento será feita pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição – SCT ou por agente indicado pela CONTRATANTE, a qual poderá, junto ao encarregado da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, devendo as mesmas ser sanadas imediatamente, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ () para cada projeto analisado, observadas as condições estabelecidas na Cláusula Oitava deste instrumento.

Para os devidos fins legais, o valor anual estimado deste contrato é de R\$ ().

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

A CONTRATADA apresentará à fiscalização da CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, Nota Fiscal/Fatura contemplando os serviços executados no mês anterior.

O pagamento será efetuado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos respectivos documentos de cobrança, após fiscalização e aceite dos serviços pelo setor competente da CONTRATANTE, por meio de ordem bancária a ser emitida em favor da contratada junto ao Banco do Brasil S/A.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

O pagamento pelos serviços será realizado para cada análise, nas seguintes condições:

- a) Na entrega de Relatório Técnico Conclusivo – Pagamento integral (100%) após aprovação da CONTRATANTE, por intermédio da Superintendência de Concessões e Autorizações de Transmissão e Distribuição - SCT.
- b) Na eventualidade de faltarem dados para a elaboração do Relatório Técnico Conclusivo, a CONTRATADA fará jus ao pagamento equivalente a 50 % (cinquenta por cento) do valor relativo ao projeto sob análise. O saldo restante será pago quando da conclusão do mencionado Relatório Técnico Conclusivo depois de aprovado pela SCT/ANEEL.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

Em atendimento ao artigo 56, § 1º da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA, deverá recolher, em nome da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, um garantia equivalente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato. A garantia somente será liberada após o término da vigência contratual, desde que não haja pendências da CONTRATADA e poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

Subcláusula Primeira – Em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito na conta corrente indicada pela CONTRATANTE. Quando prestada sob outra modalidade, deverá ser entregue na Superintendência de Administração e Finanças da CONTRATANTE.

Subcláusula Segunda – No caso da utilização da garantia pela CONTRATANTE, em função de quaisquer penalidades aplicadas, a CONTRATADA deverá fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da data em que for utilizada.

Subcláusula Terceira – Quando a garantia for prestada sob a forma de fiança bancária, a Carta de Fiança deverá ter validade mínima igual ao prazo inicial do contrato, com declaração expressa de renúncia do fiador aos benefícios do art. 1.491 do Código Civil Brasileiro, assim como conter cláusula de prorrogação automática, até que a CONTRATANTE confirme o cumprimento integral das obrigações da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão por conta do orçamento específico da:

Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

Programa de Trabalho: 25.752.0274.2413.0001 – Autorização de Transmissão de Energia Elétrica

Elemento de Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 0150

Empenho de Despesa: n.º _____, de ____/____/2002

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O não cumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições pactuadas neste instrumento ou a sua inexecução, implicará a sua rescisão por denúncia da parte prejudicada, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme dispõem os artigos 77 a 80 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Além dos motivos previstos em lei, poderão ensejar a rescisão do presente contrato, a exclusivo critério da CONTRATANTE:

- a) Alteração social ou modificação de finalidade ou estrutura que, a juízo da CONTRATANTE, prejudique o cumprimento do contrato;
- b) O envolvimento da CONTRATADA, por qualquer meio, em protesto de títulos e emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos que caracterize a sua insolvência;

No caso de rescisão, por qualquer motivo enumerado acima, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as multas previstas neste contrato, sem prejuízo da responsabilização que será feita na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor dos serviços, por dia de atraso na prestação dos serviços, até o limite máximo de 2% (dois por cento);
- c) Multa compensatória de 2% (dois por cento) do valor do Contrato, no caso de recusa da prestação dos serviços;
- d) Multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada.

Os valores das multas de que tratam os subitens anteriores deverão ser recolhidos a favor da Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência n.º 3602-1, Banco do Brasil S/A, conta corrente n.º 170.500-8, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da sua intimação por ofício, incidindo, após esse prazo, atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da União. No campo da guia de depósito do Banco do Brasil (depósito identificado/finalidade) preencher com o n.º 32.302.832.210.008-5

As penalidades previstas neste Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a prévia defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Brasília será competente para apreciar e dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste Contrato.

E para firmeza e prova das condições estipuladas no presente Instrumento de Contrato, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas.

Brasília - DF, _____ de _____ de 2002.

CONTRATANTE: _____
JOSÉ MÁRIO MIRANDA ABDO

RUBRICA: _____

CONTRATADA: _____

RUBRICA: _____

TESTEMUNHAS:

NOME: _____

NOME: _____

RUBRICA: _____

RUBRICA: _____

CPF: _____

CPF: _____